

ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTA  
COMBA DÃO, REALIZADA NO DIA 28 DE  
NOVEMBRO DE 2006:

Aos vinte e oito dias do mês de Novembro do ano de dois mil e seis, no Auditório Municipal de Santa Comba Dão, pelas quinze horas, iniciou-se e teve lugar uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Santa Comba Dão com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1º - PROPOSTA PARA EVENTUAL APROVAÇÃO DE NOVA ESTRUTURA ORGÂNICA, REGULAMENTO DE ORGANIZAÇÃO, RESPECTIVO QUADRO DE PESSOAL E ORGANIGRAMA;

2º - 4ª REVISÃO DO ORÇAMENTO E GOP'S DE 2006;

3º - IMI – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – FIXAÇÃO DE TAXA-ADITAMENTO

Esta sessão extraordinária foi convocada nos termos da alínea a), do Artº 10º do Regimento.

Presidiu aos trabalhos o Sr. Prof. Salvador Manuel Correia Massano Cardoso, secretariado por Fernando Marques Soares Veloso e António Agostinho Castro Cunha. Participaram também na sessão os senhores deputados Elsa da Natividade Rodrigues Silvestre, João Duarte Boto Martins, Edite da Conceição Alves Cruz, Agostinho Pires, César Fernando Lima Branquinho, Paula Francisca Rodrigues Gomes, Fernando Manuel Varela Nunes, Isabel Maria dos Santos Ferreira Cruz, José Augusto Morais de Sousa, Sandro Branquinho de Matos, Paulo Dirceu Domingues dos Santos, António João dos Santos Martins, Carla Isabel Silva Cunha, Pedro Miguel Soares Veloso, António Alexandre Varela Gomes, Nuno João Marques da Costa Pereira, Manuel Macedo Varela Dias, António Dias da Cruz Brinca da Silva, José Rui Batista Alves Ferreira, Augusto de Oliveira Santos, Rui José de Sousa Branquinho Ramos, José Marques Duarte da Cruz, António Augusto Lourenço Antunes, José Machado Neves dos Santos e Paula Cristina Massano Nunes Correia que tomaram assento nas bancadas que lhes estavam destinadas. Verificaram-se as ausências dos Srs. Deputados Lauro de Figueiredo Gonçalves e Guilherme Luís Leitão Castanheira que justificaram a falta.

O Sr. Presidente da Assembleia informou que, por motivos pessoais não estava presente o Sr. Presidente da Câmara Municipal sendo representado pelo Sr. Vereador Fernando Cruz.

Iniciou-se a sessão com o ponto um da Ordem de Trabalhos - PROPOSTA PARA EVENTUAL APROVAÇÃO DE NOVA ESTRUTURA ORGÂNICA, REGULAMENTO DE ORGANIZAÇÃO, RESPECTIVO QUADRO DE PESSOAL E ORGANIGRAMA, tendo o Sr. Presidente da Assembleia dado a palavra ao Sr. Vereador Fernando Cruz para a apresentação da proposta. Este começou por solicitar autorização para dar uma informação sobre a campanha “UM GESTO UM SORRISO” que patrocinada por todas as Juntas de Freguesia do Concelho se irá realizar nos dois

primeiros fins-de-semana de Dezembro, tendo em vista a angariação de géneros alimentares destinados às famílias mais carenciadas do concelho. Debruçou-se de seguida sobre o ponto em debate começando por afirmar que o actual organigrama se encontra já desajustado e à semelhança do que o governo está a fazer em relação às carreiras da função pública, também a Câmara Municipal achava por bem alterar a actual estrutura orgânica. Esta alteração tem como finalidade uma maior capacidade de resposta na parte dos serviços técnicos (engenharia, economia e jurídico). Debruçou-se e explanou os vários sectores que compõem a nova estrutura orgânica (Gabinete do Investidor, Turismo, Florestal, Planeamento, Obras e Urbanismo e Ambiente). Terminou dizendo que esta proposta dará maior capacidade de resposta no desempenho, na agilidade e na técnica aos serviços da Câmara Municipal e está de acordo com o modelo de desenvolvimento que o quadro de referência nacional impõe.

Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado César Branquinho, que começou por salientar que este novo organigrama previa a criação de 23 novos lugares, sendo a maior parte deles de quadros superiores, o que originava um enorme aumento de despesa com pessoal e que apenas estava prevista a extinção de 11 lugares (10 cantoneiros e 1 aferidor de pesos e medidas). Referiu que achava exagerada a existência de 6 chefes de divisão. Focou o facto de vários sectores passarem para a Empresa Municipal e com a criação destes novos lugares haverá uma despesa acrescida na Câmara Municipal e na Empresa Municipal. Lembrou que na anterior legislatura a bancada do PSD se tinha oposto à criação de novos lugares, invocando o aumento da despesa. Terminou dizendo que o grupo do Partido Socialista era contra esta proposta.

Respondeu o Sr. Vereador Fernando Cruz, que discordou da intervenção anterior, no que respeita ao aumento da despesa com a criação da Empresa Municipal, reafirmando que esta empresa foi criada, precisamente para haver menos despesa, ter maior agilidade de processos e ter receitas que não podiam ter anteriormente. Lembrou que o anterior executivo queria criar uma empresa municipal virada para o turismo, não estando suportada por qualquer fundamento técnico-económico ao contrário do que acontecia com a actual Empresa Municipal. Referiu-se depois às dificuldades que existiam para novos investimentos no Concelho provocadas pela actual estrutura orgânica e que a nova estrutura visava combater estas dificuldades. Justificou a existência das 6 divisões, com a necessidade de ter pessoal capacitado para responder às novas exigências. Salientou que este novo modelo era criado para um médio e longo prazo e que pelas leis em vigor não era possível aumentar as despesas com pessoal e que qualquer admissão só se verificaria quando houvesse capacidade financeira da Câmara e de acordo com as necessidades.

Pedi novamente a palavra o Sr. Deputado César Branquinho que agradeceu a explicação dada e lembrou que se estava num Estado de Direito e que portanto se devia respeitar a opinião de cada um e que não estava ali para vender nada. Reforçou que continuava a pensar que a Empresa Municipal iria criar maior despesa, com o gestor e com a orgânica e que estaria atento com a apresentação de contas, para depois julgar.

Foi dada de seguida a palavra ao Sr. Deputado Boto Martins que começou por dizer que não tinha qualquer garantia de que o provimento dos novos 23 lugares não fosse feito a curto prazo e que para além do organigrama nada mais havia para justificar a criação destes novos lugares. Concordou que as Câmaras Municipais necessitassem de pessoal qualificado, achando no entanto que este pessoal teria que ser rentabilizado ao

máximo, parecendo-lhe também que o número de 6 divisões era um exagero. Questionou a necessidade da existência da Divisão do Ambiente, focando a possibilidade de erro na criação deste novo organigrama. Salientou que apenas uma carreira era extinta (aferidor de pesos e medidas) e questionou o porquê de ficarem ainda a longo prazo ao serviço 8 cantoneiros. Terminou dizendo rezear que esta situação resultasse num aumento de despesa com pessoal sem contrapartidas visíveis.

Respondeu o Sr. Vereador Fernando Cruz, dizendo que este quadro orgânico foi criado numa perspectiva de futuro e que a crítica em relação à criação da Divisão do Ambiente não tinha qualquer razão de ser pois considerava esta divisão a mais necessária para o futuro, apresentando casos relevantes. Focou novamente as regras estabelecidas pelo governo para as autarquias quanto à impossibilidade de aumentar as despesas com pessoal relativamente ao ano de 2005. Reforçou a ideia que o quadro apresentado era para médio e longo prazo. Terminou referindo que o quadro anterior tinha uma existência de já 7 anos e que chegou a ser preenchido até 180 funcionários, questionando a posição do Partido Socialista sobre este número.

Pedi novamente a palavra o Sr. Deputado Boto Martins, dizendo que quanto aos 180 funcionários, concerteza que o Partido Socialista esteve na Assembleia Municipal referindo que de certeza houve críticas sobre o recrutamento de pessoal. Focou a normalidade de críticas feitas conforme a rotação dos partidos no poder. Referiu que invocou a divisão do ambiente a título de exemplo. Questionou o agendamento deste ponto para uma sessão extraordinária, uma vez que a nova estrutura se destinava para o futuro.

Não havendo mais intervenções foi o ponto posto à votação sendo aprovado por maioria, com 17 votos a favor (14 da Coligação e 3 do Partido Socialista, os Srs. Deputados António Brinca da Silva, Manuel Varela Dias e José Duarte da Cruz), duas abstenções da Coligação (Srs. Deputados Rui José Branquinho Ramos e António Augusto Antunes) e 9 votos contra dos restantes deputados do Partido Socialista.

Passou-se de seguida para o ponto dois da Ordem de Trabalhos – 4ª REVISÃO DO ORÇAMENTO E GOP'S DE 2006, tendo o Sr. Presidente da Assembleia dado a palavra ao Sr. Vereador Fernando Cruz que justificou a apresentação desta revisão com o Orçamento inerente à actividade da empresa municipal ainda no ano de 2006 e com as actividades extracurriculares ligadas ao ensino da Música, do Inglês e as actividades desportivas em contrapartida com o acréscimo de receitas vindas do Ministério da Educação e o acréscimo de receitas provenientes da cobrança de alguns impostos.

Foi dada a palavra de seguida ao Sr. Deputado Boto Martins, que começou por considerar este ponto como justificativo de uma sessão extraordinária, congratulando-se de seguida com o aumento da receita na cobrança dos impostos (IMI e Imposto sobre veículos) indicio de que se vive relativamente bem no concelho. Questionou o porquê da despesa apresentada com o ensino do Inglês ser bastante inferior à do ensino da Música e das actividades desportivas, quando estas despesas dizem respeito ao mesmo universo.

Respondeu o Sr. Vereador Fernando Cruz que justificou os valores com a aplicação do protocolo estabelecido com o Ministério da Educação, com o número de alunos nas diversas actividades e da comparticipação por utente, sendo que o número de utentes e a comparticipação por utente não é o mesmo nas diversas actividades.

Pedi depois a palavra a Sra. Deputada Edite Cruz, que colocou a mesma questão, dizendo que o número de alunos, o número de horas e o preço/hora para os professores era o mesmo para as diversas actividades, daí não compreender a diferença dos valores apresentados. Focou também o facto, no seu entender, de não estar contemplada qualquer verba na previsão para 2007 para a educação física, actividade esta que não estaria a correr muito bem no corrente ano.

Respondeu o Sr. Vereador Fernando Cruz, que começou por discordar da afirmação de que a actividade de educação física não estivesse a correr bem. Explicou depois as várias soluções encontradas para o desenrolar das diversas actividades. Referiu depois que a inexistência de qualquer verba para 2007 na educação física se devia ao facto desta actividade passar a fazer parte das funções da Empresa Municipal.

Não havendo mais intervenções passou-se à votação deste ponto que foi aprovado por maioria com 18 votos a favor (15 da Coligação e 3 do Partido Socialista, Srs. Deputados António Brinca Silva, Manuel Varela Dias e Augusto Santos) e 10 abstenções (1 da coligação, Sr. Deputado Fernando Varela Nunes e 9 dos restantes deputados do Partido Socialista).

Passou-se a seguir para o ponto três da Ordem de Trabalhos - IMI – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – FIXAÇÃO DE TAXA-ADITAMENTO, o Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Vereador Fernando Cruz, que começou por dizer que se tratava de uma actualização da taxa a aplicar sobre os prédios urbanos que ainda não foram avaliados, justificando tal medida com a diferença de valores actualmente existente entre as duas situações que se verificam, prédios não avaliados e prédios já avaliados, sendo que estes estão sujeitos a valores mais altos de tributação embora sejam taxados por uma percentagem mais baixa. Referiu que haverá ainda no concelho cerca de 8 mil prédios que não foram avaliados, num universo de 10 mil.

Pedi depois a palavra o Sr. Deputado Boto Martins, que começou por referir que a fundamentação da proposta era muito vaga. Focou situações de prédios ainda não avaliados mas que sofreram actualização de uma imposto, caso de prédios que tenham sido arrendados e salientou que a maior parte dos prédios que seriam atingidos por este aumento de taxa, seriam os pertencentes e habitados pela população que tinha menos posses económicas.

Respondeu o Sr. Vereador Fernando Cruz, dizendo não concordar pois as famílias com menos posses têm sempre a hipótese de pedir isenção do imposto, que mesmo depois de avaliados os proprietários dos prédios têm sempre a possibilidade de contestar através de uma comissão arbitral. Referiu que era uma questão de equidade entre as duas taxas e que o valor do aumento de 0,2% não era assim tão significativo e focou a posição do governo sobre as novas taxas a aplicar na saúde.

Pedi depois a palavra o Sr. Deputado Agostinho Pires que se referiu ao modo como era aplicada aos prédios urbanos a tributação antes de entrar em vigor o código do IMI, ao modo como esses prédios passavam a ser tributados pelo novo código, referindo que neste caso a lei protegia os prédios mais antigos e degradados pelo parâmetro da vetustez.

Foi dada de seguida a palavra ao Sr. Deputado José Augusto Sousa, que começou por dizer que ia votar contra a proposta. Referiu que todos os prédios já foram avaliados e na altura em que eram bons, daí que se hoje o valor do imposto é baixo, já foi alto anteriormente, não se podendo comparar valores de há muitos anos com os

actuais. Focou a situação de famílias com menos recursos, não abrangidas pela protecção social e que serão atingidas pela nova taxa. Debruçou-se sobre a avaliação que sofreu a sua própria casa e terminou considerando injusta a proposta.

Foi de seguida dada a palavra ao Sr. Deputado Agostinho Pires, que sobre o caso da habitação do Sr. Deputado José Augusto Sousa, referiu que se a casa já tinha uma avaliação elevada, com o código do IMI teria uma avaliação ainda maior, referindo os parâmetros que regem o novo código.

Pedi a palavra de seguida o Sr. Deputado Boto Martins, que procurou ser esclarecido sobre se era ou não verdade que a taxa de 0,8% iria incidir sobre todos os prédios urbanos que não foram objecto de avaliação e sobre os prédios cujo valor colectável foi actualizado por estarem arrendados. Terminou dizendo que se fosse esclarecido sobre esta dúvida poderia alterar o seu sentido de voto.

Pedi depois a palavra o Sr. Deputado Agostinho Pires, que referiu novamente que os prédios não avaliados tinham um imposto que incidia sobre o valor do rendimento que poderiam ter caso fossem alugados e que os prédios alugados à medida que a renda ia sendo alterada, tinham também uma actualização no imposto a que estavam sujeitos.

Não havendo mais intervenções, passou-se à votação deste ponto que foi aprovado por maioria com 14 votos a favor da coligação, 4 abstenções (1 da coligação, Sr. Deputado Fernando Varela Nunes e 3 do Partido Socialista, os Srs. Deputados Manuel Macedo Varela Dias, António Brinca da Silva e José Duarte da Cruz) e 10 votos contra (1 da coligação, Sr. Deputado António Santos Martins e 9 dos restantes deputados do Partido Socialista).

Para que as deliberações tivessem efeitos imediatos, foi lida de seguida a minuta da acta desta sessão extraordinária, que foi aprovada por unanimidade.

Não havendo mais assuntos a tratar, o Sr. Presidente da Assembleia, pelas dezasseis horas e vinte minutos deu por encerrada a sessão e dela de lavrou a presente acta que depois de aprovada vai ser assinada nos termos da Lei.